



## Contributo da Quercus, A.N.C.N. sobre objectivos futuros da PAC pós-2013



### Ponto prévio

Sendo o desenvolvimento rural uma matéria tão sensível para o futuro da Europa, e mesmo para a nossa civilização, consideramos o prazo para o debate público manifestamente escasso, o que torna impossível o maior envolvimento da sociedade em geral, e em particular do meio rural, pelo que caso a Comissão esteja efectivamente apostada em ouvir a sua voz o período de debate público deveria ser alargado até ao final do ano de 2010.

### Resposta às perguntas

#### *1. Porque é necessária uma política agrícola comum europeia?*

Mesmo nos países mais industrializados a agricultura continua a ter uma importância social importante, por outro lado tendo em conta a área do território que ocupa, o seu impacto no ambiente é considerável. Nas últimas décadas a competitividade no sector agrícola tem sido o principal motor na definição de políticas e tem entrado em conflito com a função social e a protecção do ambiente que a agricultura deveria assegurar.

O impacto das medidas da PAC não se tem feito apenas sentir no espaço europeu, mas um pouco por todo o Mundo.

Urge, pois a correcção dos seus efeitos perniciosos.

#### *2. O que esperam os cidadãos da agricultura?*

A **produção de alimentos saudáveis**, a **promoção da biodiversidade e da agrobiodiversidade**, a **criação de emprego** e **preços justos** são sem dúvidas os principais objectivos que a futura política deve não apenas considerar mas sobretudo apresentar resultados, ao contrário do acontece actualmente.

Por alimentos saudáveis entendemos alimentos seguros (não apenas do ponto de vista higio-sanitário, mas sobretudo ao nível da contaminação química de várias fontes (pesticidas, aditivos, desinfectantes), que respeitem a cultura de cada região/país e livres de transgénicos!

Num mundo em mudança pela falência do modelo capitalista, a agricultura começa a ser olhada como uma alternativa/solução para as dolorosas estatísticas do desemprego. Este anseio não pode ser desfraldado.

Por preços justos entendemos a justa remuneração dos agricultores, preços que reflectam os custos ambientais (actualmente escondidos, “externalidades”) e preços transparentes (ao contrário da situação actual em que os subsídios mascaram o preço real dos alimentos e beneficiam os resultantes da produção industrializada insustentável)

### **3. *Porquê reformar a PAC?***

Embora a actual PAC tenha como objectivos, por exemplo, o uso sustentável dos recursos naturais, a preservação dos habitats e a coesão social e territorial, a realidade mostra-nos resultados em sentido oposto. Assim, a agrobiodiversidade e a biodiversidade tem diminuído; os habitats continuam a ser ameaçados, como é o caso português da substituição de montado e de olivais tradicionais para olival intensivo e super-intensivo; todos os dias continuam a abandonar a actividade agricultores e camponeses não só no espaço europeu, mas em todo mundo, e por sua vez avoluma-se o êxodo rural e a concentração da população nas cidades. Tudo isto, graças, infelizmente, a muitas das orientações políticas que têm sido seguidas não obstante as várias mudanças que têm ocorrido na PAC.

Urge corrigir os efeitos perversos das políticas seguidas nas últimas décadas.

### **4. *De que instrumentos necessita a PAC do futuro?***

Para que estes objectivos possam ser uma realidade seria necessário:

- Regulação do mercado. Há muitas distorções actualmente que potenciam muita irracionalidade e insustentabilidade: importa-se e exporta-se independentemente das necessidades de cada país, prevalecendo apenas meros interesses económicos de alguns; os produtos agrícolas mais subsidiados têm como modelo uma produção industrializada, de monocultura, etc e causam concorrência desleal para com os agricultores de menor escala dentro da União Europeia e em países terceiros. Todos os agricultores precisam acima de tudo de preços justos, e em rigor os subsídios seriam dispensáveis nesse caso. Eliminar subsídios à exportação é uma das medidas necessárias e urgentes

- Penalização da pecuária intensiva e dos alimentos processados hipercalóricos e aplicação do princípio Poluidor-Pagador. É de amplo conhecimento os malefícios da chamada dieta ocidental (que tem como base a carne e produtos de origem animal, cereais refinados e açúcares de absorção rápida), em que a par da inactividade física é responsável por cerca de 60% das mortes em consequências das doenças crónicas não transmissíveis (obesidade, diabetes, problemas cardiovasculares e cancro) nos países mais industrializados. A agravar esta situação temos a importação massiva de soja e milho, na sua maioria transgénicos provenientes do continente americano, nomeadamente de áreas desflorestadas, para incorporação nos alimentos compostos para animais. Pois bem, uma forma de dissuadir o consumo destes alimentos é retirar-lhes os subsídios e aplicar o princípio do poluidor-pagador que os tornam “baratos” comparativamente aos alimentos mais saudáveis (frutas, legumes e cereais integrais). Ou seja, que haja uma política de preços justa, para que o preço dos alimentos reflecta convenientemente os custos ambientais, que estão actualmente “escondidos” nos alimentos provenientes da produção industrializada.

- Incentivo de modos/práticas agrícolas sustentáveis. Aqui inclui-se não apenas a produção que respeite a protecção ambiental, como o modo biológico, a agricultura biodinâmica ou a agricultura selvagem, mas também honrar objectivos sociais. Este

incentivo não tem de ser necessariamente sob a forma de subsídios, mas sobretudo em investigação, em legislação adaptada à produção em pequena escala e artesanal, que volte a legalizar todas as variedades tradicionais sem excepção, apoie a comercialização da produção local para consumo local (mercados de produtores e de proximidade), por exemplo.

- Melhor redistribuição das verbas. Não é justo que 20% dos agricultores europeus recebam 80% dos subsídios, na actual PAC.

- Moratória ao cultivo e importação de alimentos transgénicos. A coexistência entre cultivos transgénicos e não transgénicos é impossível, por outro lado crescem as preocupações dos consumidores e os factos científicos em relação aos impactos negativos dos transgénicos.

- Reabilitação do território. O estado de degradação em certas áreas é de tal dimensão que é necessário um esforço na sua reabilitação explorando técnicas de permacultura, como a criação de paisagens aquáticas, a reflorestação e a plantação de sebes agrícolas com espécies autóctones, nomeadamente a reabilitação das linhas de água.

- Educação, sensibilização e formação. A crescente urbanização da população e um mundo rural descaracterizado tornam necessária e urgente uma aposta na educação e sensibilização, em especial através de currículos escolares e serviço público dos meios audiovisuais e de comunicação. Muitos seriam os assuntos a abordar, mas a promoção de uma alimentação que privilegie os alimentos de origem vegetal, de produção local e da época, é fulcral.

- Abandono da produção agrícola dedicada aos agrocombustíveis. É da elemental racionalidade assumir que a produção dedicada nunca será uma solução para o problema energético e antes será uma fonte de gravíssimos problemas ecológicos e sociais, pelo consequente alargamento da área agrícola e destruição de habitats e competição com a produção alimentar.

Lisboa, 21 de Maio de 2010